

Câmara Municipal

da Estância Turística de

- Capital Nacional do C

Câmara Municipal de Ibitinga
Protocolo Geral nº 688/2021
Data: 08/03/2021 Horário: 18:02
LEG - PLO 49/2021

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Cria serviço público municipal de atendimento a vítimas e agressores em casos de violência doméstica.

(Projeto de Lei Ordinária nº _____/2021, de autoria da Vereadora Alliny Sartori).

Art. 1º Fica criado e institucionalizado no Município de Ibitinga-SP, sob a responsabilidade das autoridades públicas municipais, o serviço de atendimento psicológico e reabilitação para vítimas e agressores em casos de violência doméstica.

Parágrafo único. Ficam autorizados convênios com o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e demais instituições públicas, privadas e mesmo profissionais de saúde, desde que atendidas às exigências legais.

Art. 2º Às vítimas será fornecido serviço de psicoterapia para lidar com os eventuais traumas e transtornos relacionados à violência doméstica sofrida.

Art. 3º Aos agressores será fornecido serviço de psicoterapia, terapia de grupo e demais formas eficazes de reabilitação e mudança de comportamento em relação às agressões das quais foi o autor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Dejanir Storniolo", em 08 de março de janeiro de 2021.


ALLINY SARTORI
Vereadora - MDB

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

Assunto: Cria serviço público municipal de atendimento a vítimas e agressores em casos de violência doméstica.

Em consonância com projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional prevendo a criação, pela União, pelos Estados e pelos municípios, de centros de atendimento integral e multidisciplinar para homens e mulheres que praticam e/ou sofrem violência doméstica e familiar, bem como a





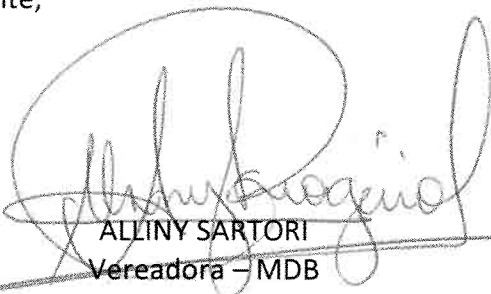
Câmara Municipal

da Estância Turística de Ibitinga - SP

- Capital Nacional do Bordado -

Lei Maria da Penha, que hoje prevê apenas a criação de centros de educação e reabilitação de agressores, é necessário que Ibitinga também crie a sua própria estrutura para regulação das relações conflituosas entre casais, coerção contra violência doméstica e reabilitação dos envolvidos nos conflitos. Também, em auxílio das autoridades judiciárias, deve-se criar uma estrutura municipal para atendimento de sentenças e termos que indiquem ou obriguem o agressor a frequentar grupos de reabilitação, diminuindo o encarceramento e melhorando a qualidade de vida e relações interpessoais das famílias. Do mesmo modo, mulheres e outras vítimas de violência doméstica poderão ter atendimento para se livrarem dos traumas e iniciarem uma nova vida.

Respeitosamente,



ALLINY SARTORI
Vereadora - MDB

